



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, terça-feira, 13 de novembro de 2017

Ano VI Edição nº 180/2017

Pág. 1

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal

Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012

**Ylson Alvaro Cantagallo**

Prefeito Municipal

### Departamento Municipal de Licitação e compras

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital

Avenida Brasil, 694, centro

CEP: 86840-000

Fone: (43) 3461-1332

Faxinal - PR

Email: [diariooficial@faxinal.pr.gov.br](mailto:diariooficial@faxinal.pr.gov.br)

Site: [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)

## RECURSOS HUMANOS

### DECRETO N.º 7344/2017

**SÚMULA:** Dispõe sobre retorno de servidor ao cargo de origem.

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

### DECRETA:

**Art. 1.º** - Fica exonerada, a servidora Senhora **JOANA DARC SIQUEIRA LINS**, portador do RG nº 4.346.369-1 SESP/PR e do CPF nº 746.895.698-87, do cargo de Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS deste Município, retornando ao cargo de origem – Professor Pedagogo, a partir do dia 13 de Novembro de 2017.

**Art. 2.º** - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrário em especial o Decreto de nº 7224/2017 de 01 de Agosto de 2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 13 de Novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal

### DECRETO 7345/2017

*Dispõe sobre o pagamento dos recursos pecuniários e demais obrigações assumidas com o Projeto Mais Médicos, em consonância com a Portaria 214/2017, no âmbito do Município de Faxinal, revoga o Decreto 6328/2015, e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e a Considerando a instituição, por meio da Medida Provisória nº 621/2013, do Projeto Mais Médicos para o Brasil, no âmbito do Programa Mais Médicos, que tem por finalidade garantir atenção à saúde as populações em situação de vulnerabilidade econômica e social, inclusive nas capitais e regiões metropolitanas;

Considerando que a Medida Provisória nº 621/2013, fora convertida em Lei pelo Congresso Nacional, Lei nº 12.871/2013;

Considerando que no Projeto Mais Médicos para o Brasil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão de forma articulado e em cooperação com instituições de educação superior, programas de residência médica e escolas de saúde, objetivando prover as regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde – SUS de serviços de atenção básica a saúde e proporcionar o aprimoramento profissional de médicos neste segmento, mediante integração ensino-serviço;

Considerando que a Portaria Interministerial nº 1369/2013 MS/MEC, que regulamenta o Projeto, atribui aos Municípios elegíveis Contemplados pelo Programa, o ônus relativos ao

adimplemento com os custos de moradia, transportes e alimentação dos médicos participantes;

Considerando que a Portaria nº 23/ 2013 da SGTES/ MS estabelece parâmetros mínimos e procedimentos a serem observados pelo Distrito Federal e pelos Municípios que tenham efetivado adesão ao Projeto Mais Médicos Para o Brasil, no cumprimento dos deveres e exercício das competências que lhes são inerentes em conformidade com a Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369, de 08 de julho de 2013, em especial nos artigos 9º, 10, 11, quando a recepção, deslocamento, garantia de moradia, alimentação e água potável aos médicos participantes do Projeto;

Considerando que o Município manifestou interesse em participar do projeto e, para tanto celebrou o respectivo TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO, na forma do Edital nº 061/2013 de 18/11/2013, da Secretaria de Gestão do trabalho e da Educação na Saúde e ministério da Saúde.

### DECRETA:

**Art. 1º** Aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil alocados para atuação no Município de Faxinal – PR serão assegurados alimentação, transporte, moradia e fornecimento de água potável.

**Art. 2º** O fornecimento de moradia aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil poderá ser nas seguintes modalidades:

I – imóvel físico;

II – recurso pecuniário; ou

III – acomodação em hotel ou pousada.

§ 1º As modalidades de que tratam os incisos I e II deste artigo devem ser prioritárias nas situações em que o médico participante esteja acompanhado dos familiares.

§ 2º Na modalidade prevista no inciso I deste artigo, o imóvel ser do Município ou locado e devesse ter padrão suficiente para a acomodação dos médicos e seus familiares.

§ 3º Na modalidade de que trata o inciso I deste artigo, o Município adotará, como referência para o recurso pecuniário para locação de imóvel, em padrão suficiente para acomodar o médico e seus familiares, o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), observados os padrões mínimos e máximos da Portaria 23/2013 da SGTES/MS.

§ 4º Na modalidade prevista no inciso II deste artigo, o médico participante deverá comprovar que o recurso pecuniário está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesa com moradia, encaminhando cópia do contrato de locação de imóvel ou qualquer outro instrumento hábil a comprovação de utilização do recurso com custeio de sua moradia.

§ 5º Na modalidade prevista no inciso III, o Município deverá disponibilizar acomodação em hotel ou posada para os médicos participantes, mediante anuência destes, por escrito, quanto à aceitação por esta opção de moradia em detrimento daquelas previstas nos incisos I e II deste artigo.

**Art. 3º** Caberá à Secretaria Municipal de Saúde definir qual a modalidade de moradia que será fornecida ao médico participante.

**Art. 4º** A oferta da moradia aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos Para o Brasil deverá atender as condições mínimas de habitabilidade e segurança.

**Art. 5º** São critérios para aferição de condições de habitabilidade:

I – infraestrutura física e sanitária do imóvel em boas condições;

II – disponibilidade de energia elétrica;

III – abastecimento de água;

§ 1º Os critérios previstos neste artigo devem ser assegurados em qualquer das modalidades de oferta de moradia de que trata o artigo 2º deste Decreto.

§ 2º A moradia deve ser disponibilizada em plenas condições de uso para o médico participante quando da chegada deste no Município para início das atividades.

**Art. 6º** O município providenciara o deslocamento dos médicos participantes desde o aeroporto mais próximos ate as respectivas moradias, quando da chegada destes para início das atividades e disponibilizará transporte adequado e seguro para o local de desenvolvimento das atividades de rotina do projeto, para os locais de difícil acesso, quando necessário.

**Art. 7º** O fornecimento de alimentação ao médico participante deverá ser feito mediante:

I – recurso pecuniário; ou

II – “in natura”.

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, terça-feira, 13 de novembro de 2017

Ano VI Edição nº 180/2017

Pág. 2

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 8º Fica estabelecida o valor de R\$ 1.250,00 (Hum mil, duzentos e cinquenta reais) para o fornecimento de alimentação mediante recurso pecuniário, observados os padrões mínimos e máximos da Portaria 23/2013 da SGTES/MS.

Art. 9º Fica definido o valor do recurso pecuniário para alimentação e pagamento de locação de imóvel num total de 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), mensais.

Art. 10º Será assegurada ao médico participante água potável no decorrer de suas atividades no Projeto Mais Para Brasil.

Art. 11º Os recursos pecuniários serão pagos aos médicos participantes com atuação no município até o 10º dia útil do mês, mediante depósito em conta corrente.  
Parágrafo único. O médico participante deverá fornecer, no prazo de 10 (dez) dias da publicação deste decreto, a Secretaria Municipal de Saúde de Faxinal, os dados bancários para pagamento de recurso pecuniário.

Art. 12º Os pagamentos previstos e demais obrigações decorrentes deste Decreto ou termo de adesão e compromisso assinados com o Ministério da Saúde não gera para o médico participante de recursos pecuniária.

Art. 13º Os pagamentos previstos dos recursos pecuniários de que tratam este Decreto tem natureza de verba meramente indenizatória, não configurando em hipótese alguma, retribuição ou contraprestação por serviços prestados.

Art. 14º O médico participante perderá o direito a percepção da complementação pecuniária nas seguintes hipóteses:

- I – Abandono ou desistência do Projeto;
- II – Desligamento do Projeto.

Parágrafo único: A ausência injustificada do médico participante de suas atividades, por prazo superior a trinta dias, ensejará a suspensão do benefício e a notificação do ocorrido a coordenação do Projeto.

Art. 15º As obrigações assumidas em decorrências da adesão do Município ao Projeto mais Médicos para o Brasil serão custeadas pelo Município até o encerramento do projeto ou enquanto estiverem vigor e eficaz o Termo de Adesão e Compromisso celebrado com a União, por meio do Ministério da Saúde.

Art. 16º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta de verbas orçamentárias próprias, previstas para a Secretaria Municipal de Saúde, neste exercício e nos subsequentes.

Art. 17º O titular da Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 18º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogado o Decreto 6328/2015.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal Estado do Paraná, em 13 de novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal

### DECRETO 7346/2017

**SÚMULA:** Revoga o Decreto 7336/2017.

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

**Art. 1º.** Fica revogado o Decreto 7336/2017, que exonerou a servidora ROSELI MARIA ZIELINSKI DE MEIRA, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, tendo em vista a cessação do benefício previdenciário em virtude de desistência da servidora, consoante relatório emitido pela Agência da Previdência Social de Apucarana.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto 7336/2017.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 13 de novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 383/2017

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no art. 131, da Lei Municipal nº 1.715/2013 (Estatuto e Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Prefeitura do Município de Faxinal – Paraná):

#### RESOLVE:

Conceder a servidora senhora **MICHEL SCHEMBERG DE ALMEIDA** ocupante do cargo de Professora, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, do dia 13/11/2017 à 10/02/2018, correspondendo o período aquisitivo de 2001 à 2006.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 09 de Novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 384/2017

O Senhor **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE:

Conceder a servidora **MARIA DE LURDES DE SOUZA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, suas férias regulamentares entre os dias 13/11/2017 à 12/12/2017, correspondendo o período aquisitivo de 2010/2011.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 08 de Novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal

## LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

**Pregão N.º 118/2017**

Processo Administrativo de Compra nº 183/2017

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E A LASER DE BOLETOS E CARNÊS DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2018**, conforme quantidades estimadas e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente edital.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** às 08:30 horas do dia 30 de novembro de 2017.

Informações Complementares e o Edital Completo poderão ser adquiridas na Avenida Brasil, 694 – Centro – Fone (43) 3461-1332 – Departamento de Compras e Licitações, ou através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br).

Prefeitura Municipal de Faxinal-PR, 13 de novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, terça-feira, 13 de novembro de 2017

Ano VI Edição nº 180/2017

Pág. 3

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### AVISO DE LICITAÇÃO

**Pregão Nº. 119/2017**  
Processo Administrativo de Compra nº 184/2017

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE VASOS EM CONCRETO E VASOS DE FLORES,  
DESTINADOS À ORNAMENTAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E CALÇADÃO DO  
MUNICÍPIO DE FAXINAL,** conforme quantidades estimadas e especificações constantes  
do Anexo I, que integra o presente edital.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** às 13:30 horas do dia 30 de novembro de 2017.

Informações Complementares e o Edital Completo poderão ser adquiridas na Avenida  
Brasil, 694 – Centro – Fone (43) 3461-1332 – Departamento de Compras e Licitações, ou  
através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br).

Prefeitura Municipal de Faxinal-PR, 13 de novembro de 2017.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.